

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 412.080 - MG  
(2013/0348253-2)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : REINALDO ASSUNCAO TANNUS  
ADVOGADOS : DANIEL RICARDO DAVI SOUSA E OUTRO(S) - MG094229  
DANIELA BERTULANE FRANCO - MG110795  
AGRAVADO : LAZÁRO PIMENTA LEME FILHO E OUTROS  
ADVOGADOS : ARNALDO SILVA JUNIOR - MG072629  
RODRIGO RIBEIRO PEREIRA - MG083032  
JULIANA DEGANI PAES LEME - MG097063  
AMANDA MATTOS CARVALHO ALMEIDA E OUTRO(S) -  
MG127391  
DANILO BURLE CARNEIRO DE ABREU - MG141164

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO  
REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
TEMPESTIVIDADE. PROTOCOLO POSTAL INTEGRADO ANTERIOR À  
RESOLUÇÃO 747/2013, DO TJMG. AGRAVO REGIMENTAL DO  
PARTICULAR PROVIDO PARA RECONSIDERAR A DECISÃO DE FLS.  
330/332, AFASTANDO-SE A INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO  
ESPECIAL. VISTA AO MPF PARA PARECER DE ESTILO. APÓS  
RETORNEM OS AUTOS PARA NOVA ANÁLISE DO AGRAVO EM  
RECURSO ESPECIAL.*

1. Trata-se de Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial interposto por REINALDO ASSUNÇÃO TANNUS em adversidade à decisão monocrática que negou provimento ao seu Agravo em Recurso Especial, nos termos da seguinte ementa:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM  
RECURSO ESPECIAL. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO  
EM RECURSO ESPECIAL PELA DATA DO PROTOCOLO NA SECRETARIA  
DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IRRELEVÂNCIA DA DATA DA POSTAGEM  
NOS CORREIOS. SÚMULA 216 DO STJ. INTEMPESTIVIDADE  
RECONHECIDA. AGRAVO NÃO CONHECIDO (fls. 330).*

2. Essa decisão manteve o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO POPULAR - PRELIMINAR  
DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - REJEIÇÃO - ALIENAÇÃO DE BENS*

*PÚBLICOS - ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93 - LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA - AVALIAÇÃO PRÉVIA E INTERESSE PÚBLICO - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS - DECISÃO MANTIDA.*

*De rigor a manutenção da decisão agravada que defere a liminar em ação popular para suspender as alienações - venda e doação de bens públicos imóveis - quando não comprovados o interesse público e a realização de avaliação prévia não pormenorizada (fls. 228).*

3. Nas suas razões do Regimental, o agravante alega, em suma, a inaplicabilidade da Súmula 216/STJ, defendendo que esta se refere à tempestividade do recurso interposto no STJ e não aos recursos apresentados no Tribunal de origem. Requer, assim, a reconsideração da decisão ora atacada ou a apresentação do feito à Turma Julgadora para que seja conhecido o Agravo e provido o Recurso Especial.

4. É o relatório.

5. De início, cumpre ressaltar que, nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

6. Cinge-se a controvérsia à tempestividade do Recurso Especial.

7. Consoante certificado às fls. 235, o acórdão recorrido foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 9.1.2013, considerando-se publicado no dia 10.1.2013. Iniciado o decurso do prazo legal no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 11.1.2013, o prazo findou-se em 25.1.2013 (sexta-feira). Todavia, o Recurso Especial só foi protocolizado, no Tribunal *a quo*, em 28.1.2013 (segunda-feira).

8. É certo que a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça entende que a tempestividade recursal deve ser aferida pelo protocolo da

petição na Secretaria do Tribunal de origem, e não pela data da postagem na agência dos Correios, nos termos da Súmula 216/STJ.

9. Contudo, a partir do julgamento do AgRg no Ag 1.417.361/RS (Rel. p/acórdão Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 14.5.2015), a Corte Especial do STJ passou a admitir, para fins de verificação da tempestividade recursal, a data do protocolo postal integrado, desde que haja previsão em norma local.

10. No caso dos autos, o Recurso Especial fora postado na agência dos Correios em 25.1.2013, portanto, antes da vigência da Resolução 747, de 28.11.2013, do TJMG, que veda o uso desse meio, para protocolo de recursos dirigidos aos Tribunais Superiores. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp. 719.193/MG, Rel. Min. RIBEIRO DANTAS, DJe de 21.9.2016; AgRg no AREsp. 831.580/MG, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 27.6.2016; AgInt no AREsp. 891.535/MG, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe de 29.9.2016.

11. Nesse contexto:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. PROTOCOLO POSTAL INTEGRADO. RESOLUÇÃO 747/2013, DO TJMG, QUE INADMITE A UTILIZAÇÃO DO PROTOCOLO POSTAL PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 06/12/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão que inadmitira o Recurso Especial, interposto contra acórdão publicado em 16/03/2016. O Recurso Especial foi inadmitido, na origem, por intempestividade, à luz do CPC/73 e do Enunciado Administrativo 2/2016, do STJ.*

*II. Consoante pacífica jurisprudência desta Corte, a tempestividade recursal é aferida pelo protocolo da petição na Secretaria do Tribunal de origem, e não pela data da postagem na agência dos Correios, nos termos da Súmula 216/STJ.*

*III. A partir do julgamento do AgRg no Ag 1.417.361/RS (Relatora p/ acórdão Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 14/05/2015),*

*a Corte Especial do STJ passou a admitir, para fins de verificação da tempestividade recursal, a data do protocolo postal integrado, desde que haja previsão em norma local.*

*IV. O caso dos autos revela que o Recurso Especial fora interposto em 01/04/2016, na vigência, portanto, da Resolução 747, de 28/11/2013, do TJMG, que veda o uso desse meio, para protocolo de recursos dirigidos aos Tribunais Superiores. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp. 719.193/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe de 21/09/2016; AgRg no AREsp. 831.580/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 27/06/2016; AgInt no AREsp. 891.535/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 29/09/2016.*

*V. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp. 996.251/MG, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 4.5.2017).*

2 2 2

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO ANTE A INTEMPESTIVIDADE. INSURGÊNCIA RECURSAL DA AUTORA.**

1. *É pacífico o entendimento desta Corte de que a tempestividade é aferida pelo protocolo da petição na Secretaria do Tribunal de origem, e não pela data da postagem na agência dos Correios. Incidência da Súmula 216 do STJ.*

2. *A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do AgRg no Ag 1.417.361/RS, firmou orientação no sentido de que, para aferir a tempestividade do recurso interposto por meio de protocolo postal, deve ser considerado o teor da resolução do Tribunal de origem, a fim de perquirir se a referida normativa permitia ou não a utilização do sistema para petições de recurso especial.*

2.1. *Na hipótese em tela, processo originário do Estado de Minas Gerais, o protocolo postal está disciplinado na Resolução 642/2010, alterada pela Resolução 747/2013, cuja redação vigente à época da interposição do agravo veda expressamente a utilização do sistema postal para recursos especiais e respectivo agravo.*

3. *A lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição, segundo entendimento desta Corte, é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater.*

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

4. *Enunciado 1 das Diretrizes de Aplicação do Novo Código de Processo Civil aos processos em trâmite no STJ: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

5. *Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp. 919.473/MG, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 18.11.2016).*

12. Ante o exposto, em juízo de retratação, reconsidera-se a decisão de fls. 330/332 e dá-se provimento ao Agravo Regimental interposto por REINALDO ASSUNÇÃO TANNUS.

13. Abra-se vista ao Ministério Público Federal para parecer de estilo. Em seguida, voltem os autos conclusos para nova análise do Agravo em Recurso Especial.

14. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 02 de abril de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR